

# PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E SEUS REFLEXOS NA GESTÃO ESCOLAR: INVESTIGAÇÃO EM ESCOLA MUNICIPAL DE MARACAJU

*POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECT AND ITS CONSEQUENCES  
IN SCHOOL MANAGEMENT: RESEARCH IN SCHOOL  
MUNICIPAL OF MARACAJU*

Silmara Mendes Santiago<sup>1</sup>

Andréia Vicência Vitor Alves<sup>2</sup>

Resumo: A temática abordada nessa pesquisa foi a Proposta Pedagógica da Escola Maurícia, nome fictício dado a uma escola municipal do município de Maracaju, MS. Dessa forma apresentou como problema: quais as iniciativas da Escola Maurícia para o desdobramento de seu Projeto Político Pedagógico? A presente pesquisa está vinculada à pesquisa “O monitoramento de metas de desenvolvimento do ensino fundamental em municípios da Grande Dourados”, desenvolvida por pesquisadores da Linha de pesquisa “Políticas e Gestão da Educação” do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD e do Grupo de Pesquisa “Estado, Política e Gestão da Educação” (GEPGE) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e teve como objetivo compreender o Projeto Político Pedagógico e seu desdobramento na Escola Maurícia. No processo de investigação, foram analisados, em uma perspectiva qualitativa, documentos e informações obtidas por meio de entrevista realizadas com a coordenadora e com a diretora da Escola Maurícia. Os dados cole-

tados foram interpretados com o aporte de literatura que trata do assunto, por meio de análise crítica documental e bibliográfica. A pesquisa evidenciou que a Escola Maurícia possui uma Proposta Pedagógica que não foi desdobrada na escola, já que não é utilizada nas atividades escolares e os professores não a usam como apoio para a realização de seu planejamento e nem tão pouco consta na Proposta Pedagógica todas as propostas das atividades desenvolvidas na escola. Apesar de a escola apresentar em sua Proposta Pedagógica uma concepção de gestão democrática, esta na prática não acontece, pois não há participação de todos os segmentos da escola nas tomadas de decisões, já que a escola segue exclusivamente os ditames da Secretaria Municipal de Educação.

Palavras-chave: Educação básica. Gestão educacional. Projeto político pedagógico.

**Abstract:** The issue addressed in this research was the Pedagogical propositional of School of Mauritius, fictitious name given to a municipal school in the municipality of Maracaju-MS. Thus presented as a problem: what initiatives the School Mauritius for deployment of its Pedagogic Political Project? This research is linked to the research “Monitoring of basic education deve-

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

<sup>2</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: AndreiaAlves@ufgd.edu.br.

lopment goals in municipalities in the Greater Golden”, developed by researchers at the Research Line “Policy and Management Education” of the Graduate Program in UFGD Education and Research group “State Educational Policy and Management” (GEPGE) of the Federal University of Grande Dourados (UFGD) and aimed to understand the Pedagogical Political Project and its impact on school Mauritius. In the process of investigation, it was analyzed in a qualitative perspective, documents and information obtained through interviews conducted with the coordinator and the director of the Mauritius School. Data were interpreted with the contribution of literature that deals with it through documental and bibliographical critical analysis. The research showed that the school Mauritius has a pedagogical proposal that was not deployed at the school, since it is not used in school activities and teachers do not use it as support for the realization of your planning and nor contained in Pedagogical all proposals for activities at school. Although school present in his Pedagogical a conception of democratic management, this practice does not happen because there is no participation of all school segments in decision-making, since the school only follows the dictates of the Municipal Education.

**Keywords:** Basic education. Education management. Political Pedagogical Project.

## INTRODUÇÃO

O projeto político pedagógico é um instrumento da gestão escolar que possui uma direção política, isto é, uma

ação intencionada com um sentido definido tendo presente a finalidade de educação. Propõe a melhoria das promessas para o futuro. Futuro este que provoca mudanças de mentalidade onde a Escola Pública seja uma conquista da comunidade e não mais um aparelho burocrático do Estado, o que implica numa renovação total da Escola (SILVA, 2001).

A abordagem do Projeto Político Pedagógico, como organização do trabalho da escola como um todo, está fundada nos princípios que deverão nortear a escola democrática, pública e gratuita: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; qualidade para todos; gestão democrática; liberdade; valorização do magistério (PARO, 2005).

Neste estudo trabalhamos com dados empíricos, no intuito de aprender o Projeto Político Pedagógico e seu desdobramento na Escola Maurícia.

Esse estudo é vinculado à pesquisa “O monitoramento de metas de desenvolvimento do ensino fundamental em municípios da Grande Dourados”, desenvolvida por pesquisadores da Linha de pesquisa “Políticas e Gestão da Educação” do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD e do Grupo de Pesquisa “Estado, Política e Gestão da Educação” (GEPGE) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Essa pesquisa procura analisar a configuração atual do monitoramento das metas do ensino fundamental realizado pela União e seus reflexos na política educacional municipal e na

gestão escolar, tendo em vista avaliar a sua eficácia local.

A referida pesquisa tem como campo empírico escolas municipais de ensino fundamental dos municípios da região da Grande Dourados. A amostra foi definida com base no critério de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M 2000) do PNUD. Foram selecionadas seis redes escolares municipais com os maiores IDH-M 2000 da região da Grande Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil: três com os maiores e três com os menores IDH-M 2000 da região.

As redes municipais de ensino com os maiores índices são dos municípios de Dourados, Maracaju e Fátima do Sul. As redes com menores índices são dos municípios de Itaporã, Douradina e Carapó. Em cada rede foram selecionadas duas escolas municipais que apresentem o Ideb 2009 dos anos iniciais do ensino fundamental (até o 5º ano) em patamar mais negativo (uma) e mais positivo (uma). A amostra soma 12 doze escolas municipais de ensino fundamental.

Tomamos como nossa amostra, para este estudo, a escola municipal de Maracaju, selecionada para aquela pesquisa, que apresenta o Ideb 2009 dos anos iniciais do ensino fundamental (até o 5ºano) em patamar mais negativo, neste artigo denominada Escola Maurícia.

No trabalho investigativo, foram utilizados documentos e informações obtidas por meio de entrevista realizadas com a coordenadora e com a diretora da Escola Maurícia. Os dados coletados foram interpretados

com o aporte de literatura que trata do assunto. Isso por meio de análise crítica documental e bibliográfica.

O objetivo é o de examinar as iniciativas da Escola Maurícia para o desdobramento de seu Projeto Político Pedagógico.

Iniciamos o texto trazendo argumentos encontrados na literatura educacional brasileira recente sobre o Projeto Político Pedagógico e a gestão educacional, especificamente sobre a gestão democrática. A seguir, analisamos o Projeto Político Pedagógico e sua possível relação com as respostas da coordenadora e gestora da Escola observadas, no intuito de saber se o proposto no Projeto Político Pedagógico vem sendo realizado na mencionada Escola.

## A GESTÃO EDUCACIONAL

A gestão educacional é vista na contemporaneidade como um importante fator para a qualificação da educação básica.

De acordo com Bordignon e Gracindo (2000, p. 147), a gestão educacional se constitui em um processo político-administrativo contextualizado, por meio do qual a prática social da educação é organizada, orientada e viabilizada.

Na esfera normativa a gestão democrática consolidou-se como a concepção de gestão que deve vigorar na educação brasileira. Conquista importante obtida no plano institucional foi a inscrição do princípio da gestão democrática da educação pública na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1999).

Esse princípio foi reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº. 9.394, de 1996 (BRASIL, 1997), dispondo (art. 14) sobre a incumbência dos sistemas de disciplinar a gestão democrática em sua jurisdição, tendo como princípios a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes. Além disso, a lei determinou (art. 15) que os sistemas assegurem às escolas públicas que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira.

Alves (2010) ao realizar estudo da concepção da gestão democrática, aponta que, em síntese,

[...] a gestão democrática da educação pode ser definida como um processo de caráter político-pedagógico e administrativo, no qual se dá participação efetiva, direta e indireta da sociedade em todos os níveis de decisão e execução da educação, com real poder de interferência e manifestação dos anseios comunitários.

A gestão democrática da educação é um processo de caráter político-pedagógico e administrativo voltado aos anseios da comunidade, que não deve estar separado dos interesses e forças sociais presentes em uma determinada sociedade, fugindo de sua situação histórica. De acordo com Paro (2005, p. 13), “[...] A atividade administrativa não se dá no vazio, mas em condições históricas determinadas para atender a necessidades e interesses de pessoas e grupos”.

Segundo o autor, a administração escolar democrática precisa estar ligada à totalidade social, de modo a contribuir para o crescimento dos indivíduos como cidadãos. Mas este processo democrático não se faz “do dia para noite”, uma escola vai se tornando democrático aos poucos, pois, conforme nos mostra Demo (1988), a participação não é algo natural e, sim, um processo de conquista, aprendizado e, sobre tudo, de disputa de poder. As pessoas que participam são partes que desejam ser ou tomar parte de algo.

O gestor tem de se tornar capaz de interagir com todos, respeitando o caráter específico da instituição escolar como um lugar de ensino/aprendizagem, deixando de lado as construções de desigualdade das discriminações e de posturas autoritárias.

São consideradas principais características da gestão democrática, segundo Alves (2008),: oferta com qualidade da educação pública; diálogo; trabalho coletivo; descentralização do poder nas instituições de ensino; respeito à maneira de ser, pensar e agir dos cidadãos; estímulo ao querer aprender; igualdade de presença e de direitos; transparência pública; autonomia; participação direta e indireta da comunidade em todos os âmbitos da educação; legalidade; impessoalidade; moralidade; eficiência; federalismo cooperativo; cidadania crítica.

Assim, conforme percebemos para a real efetivação da gestão democrática é necessário a participação efetiva de todos da comunidade escolar nas tomadas de decisão em seu cotidiano envolvendo a participação dos pais,

moradores, professores, funcionários, diretores, coordenadores nas ações e tomadas de decisões.

Somente com a participação da comunidade escolar e local na escola, poderá haver uma transformação na educação escolar, de modo a possibilitar convivência e diálogo entre comunidade escolar e local na escola. Mas para tanto, é preciso que a gestão escolar esteja aberta a essa participação.

Como bem coloca Hora (1994, p. 53): “a participação é um direito e dever de todos que integram uma sociedade democrática, ou seja, participação e democracia são dois conceitos estreitamente associados”.

Assim, como podemos perceber a gestão democrática é um processo administrativo, político e pedagógico que tem como principais mecanismos a participação e a democracia. Esta gestão busca a formação críticas dos cidadãos, e oferecer uma educação de qualidade de acordo com os anseios destes.

O Projeto Político Pedagógico se constitui em um instrumento importante para a efetivação desse modelo de gestão, conforme os autores, quando elaborado com a participação efetiva dos da comunidade escolar e local, de acordo com os seus interesses.

## **O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA LITERATURA EDUCACIONAL**

O Projeto Político Pedagógico tem sido tema muito tratado no Brasil tanto por professores, pesquisadores

como por instituições educacionais. Também conhecido como Proposta Política Pedagógica ou simplesmente Proposta Pedagógica, o Projeto Político Pedagógico é considerado “[...] a própria organização do trabalho da escola como um todo” (VEIGA, 1995, p. 11), tendo como base os próprios alunos.

Segundo Cury (1997) o Projeto Político Pedagógico:

[...] é o núcleo central da autonomia coletiva implicando uma ética assumida por todos, autoconsciência diante dos objetivos da educação. É o eixo de criatividade e controle no âmbito da escola, cuja importância política é a integração dos docentes, da comunidade e dos componentes curriculares. É a marca registrada da escola [...] (p.48).

Sendo assim, este Projeto deve se constituir em um processo contínuo de reflexão e discussão dos problemas da escola, com a participação da comunidade escolar e local.

Nas palavras de Veiga (1995, p. 13), o Projeto Político Pedagógico é uma ação intencional, com um sentido explícito e compromisso definido coletivamente, que deve ter em vista a definição de ações educativas e as características necessárias à escola para que esta cumpram seus propósitos e intencionalidade.

O Projeto deve ser parte do cotidiano da escola e partir do cotidiano escolar. Ser “[...] considerado e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos com o processo educativo da escola” (Idem). Deve estar articulado ao compromisso sociopolítico e aos interesses reais e coletivos da comunidade local e escolar e visar a formação

do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.

Ao possibilitar a participação da comunidade local e escolar em seu processo de reflexão, discussão, planejamento e realização, esse Projeto possibilita a vivência democrática e o exercício da cidadania. Sua construção deve ter como intuito desenvolver e intensificar o processo de ações cooperativas que busquem a melhoria do processo de ensino aprendizagem.

Sendo assim, o Projeto Político Pedagógico não pode ser algo esgotável e inalcançável. Tem que conter propostas com possível realização, que deve sofrer constantes revisões e avaliações pelos diferentes segmentos da escola. Por isso, é necessário conhecer as necessidades da comunidade para que as propostas formuladas sejam implementadas. Conforme Vasconcellos (1995, p. 52), “o problema maior não está em fazer mudanças, mas em sustentá-la”.

Veiga (1995) pondera que pelo menos sete elementos básicos podem ser apontados no Projeto Político Pedagógico, sendo eles: as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho e a avaliação.

Segundo a autora, a edificação e ou reelaboração do Projeto Político Pedagógico deve partir dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério, como também da reflexão de seus princípios anteriores.

Para ela, a construção do Projeto Político Pedagógico “[...] requer con-

tinuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório”. (p. 33).

O que mostra que a participação e o comprometimento dos envolvidos em sua elaboração são de suma importância para o processo educativo, para a democratização das relações na escola como também para o aniquilamento das relações competitivas, corporativas e autoritárias e da rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola.

A participação da comunidade escolar na escolha dos conteúdos a serem ensinados, nas formas de administração tornará as propostas mais condizentes à realidade da comunidade.

A autonomia da escola é mais do que defendida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). A LDB normatiza que é tarefa da escola e de seus profissionais a construção do Projeto Político Pedagógico. Mas é preciso tomar cuidado para que a escola não perca a dimensão coletiva desta tarefa, pois muitas vezes o conceito autonomia é visto equivocadamente como independência e isolamento.

De acordo com Macedo (1991), na construção deste Projeto quanto maior são as trocas de energia, informação e matéria, maior é sua riqueza.

As vezes pode-se correr o risco de algumas propostas não darem certo, pois a construção de uma nova realidade que supere a presente é a busca de algo melhor.

Segundo Gadotti (1994, p. 57): “Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se a atravessar um período de instabilidade e buscar nova instabilidade em função da promessa de cada projeto contém de estado melhor que o presente”.

Nesta perspectiva, o diálogo, a comunicação, a interação por meio de estudos e reuniões são fatores preponderantes para o intercâmbio de experiências vivenciadas e integração entre os envolvidos, firmando-se real compromisso de trabalhar a realidade existente em prol da edificação e implementação da realidade desejada.

Assim, o Projeto Político Pedagógico não se constitui na simples produção de um documento, mas na consolidação de um processo de ação-reflexão-ação que requer esforço conjunto e vontade política do coletivo escolar (AZEVEDO, 1997).

O Projeto Político Pedagógico define uma política educacional da escola na tentativa de um desempenho globalizador e deve buscar superar tanto as particularidades inseridas na sua organização quanto a fragmentação do saber. É o trabalho realizado no estabelecimento de ensino proposto pelo coletivo escolar, devendo ser apresentado para apreciação final. E essa política deve estar expressa em projetos inovadores na construção de novos espaços de participação e na expansão de iniciativas que integrem escola e sociedade (SANDER, 1995).

Assim, conforme os autores citados, o Projeto Político Pedagógico não é um simples documento como prova do

cumprimento de tarefas burocráticas, mas ele deve ser construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos como um processo educativo da escola. Ele é a proposta política a ser cumpridas na escola.

Deve propor, por meio do diálogo, a organização do trabalho pedagógico, visando melhorias para o futuro. O projeto tem de ser organizado com base em seus alunos e não pode ser algo inalcançável. Tem que conter propostas que estejam ao alcance de serem realizadas. E que quando necessário, sejam revisadas pelos segmentos da escola.

## **O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MAURÍCIA**

A Escola Maurícia foi fundada em 10 de fevereiro de 1992. Está situada na periferia do município de Maracaju, estado de Mato Grosso do Sul. Oferece educação básica nas etapas da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, atendendo crianças de 04 a 16 anos, atendendo, neste ano de 2011, um total de seiscentos alunos.

A Escola Maurícia denomina o Projeto Político Pedagógico de Proposta Pedagógica.

Segundo sua Proposta Pedagógica (2010), a Escola Maurícia atende ao disposto na Constituição Federal e Estadual e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tem como finalidade o oferecimento de uma educação a ser ministrada “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais e solidariedade humana”. (p. 9).

Conforme a mencionada Proposta (MARACAJU, 2010, p. 09), a educação tem em vista o pleno desenvolvimento da pessoa e o seu preparo para o exercício da cidadania, através:

- da formação comum indispensável, para o exercício da cidadania e dos meios para o progresso, no trabalho e estudos posteriores;
- da compreensão dos direitos e deveres individuais e coletivos, do cidadão, do Estado, da família e dos grupos que compõe a comunidade;
- do desenvolvimento integral, do indivíduo e de sua participação na obra do bem comum;
- da compreensão de cultivar o respeito aos direitos e deveres da pessoa humana, os ideais de convivência entre as pessoas e de co-existência entre as nações, não se atentando para as diferenças de raça, de credos religiosos, político ou filosófico.

Percebemos, de acordo com o exposto, que este documento tem como proposta a formação de um cidadão crítico, conhecedor de seus direitos e deveres, capaz de interagir com seus pares de forma paritária na sociedade.

Assim, segundo a referida Proposta Pedagógica, a Escola Maurícia tem como missão a promoção de um ensino de qualidade que garanta o acesso e a permanência dos alunos na escola, concorrendo para a formação de cidadãos conscientes críticos e reflexivos e para a construção de um mundo melhor.

De acordo com a Proposta, é também sua missão, o oferecimento de um ensino de categoria, com melhor

prestação de serviços aos alunos de modo aberto e honesto, propiciando a participação de todos, respeitando os direitos e apoiando a criatividade.

Na Proposta Pedagógica, a visão de futuro da Escola Maurícia, é o que segue:

- Seremos uma escola que oferece um ensino de qualidade de forma aberta e honesta, valorizando a igualdade, o respeito, a participação e as ações criativas.
- Nossos valores: criatividade- apoiamos a criatividade e as inovações individuais;
- Participação – trabalhamos em equipe e cada pessoa contribui no limite de sua participação das atividades escolares;
- Serviço ao cliente – prestamos aos nossos clientes um serviço de forma aberta e honesta; (MARACAJU, 2010, p. 09).

Conforme visto, tem se como visão de futuro, um trabalho criativo e coletivo, que busque a participação.

De acordo com a Proposta Pedagógica da Escola Maurícia, são objetivos da educação infantil nessa escola:

- Proporcionar o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais;
- Levar a criança a assumir sua identidade como ser no mundo;
- Oferecer atividades de acordo com os métodos de alfabetização que atendam à sua possibilidade e motivação, dando à criança condições futuras de participação na sociedade, percebendo a linguagem como um elemento essencial do progresso;

- Cuidar e educar de acordo com o desenvolvimento da criança. (p. 10)

A Proposta Pedagógica apresenta como objetivos do ensino fundamental os que seguem:

- Capacitar o aluno, através de suas atividades, a adquirir e desenvolver os conhecimentos atualizados que lhe permita interagir no mundo;
- A compreensão do ambiente natural e social do sistema político da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam a sociedade;
- O fortalecimento dos vínculos de família dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (ibid.)

Como notamos, a Escola Maurícia tem como objetivo, tanto na educação infantil como no ensino fundamental, o desenvolvimento dos alunos como cidadão, de forma que estes estejam preparados para conviver no mundo contemporâneo.

A Escola Maurícia apresenta como metas, segundo sua Proposta Pedagógica,

- melhorar o processo ensino-aprendizagem;
- implantar um sistema de acompanhar as práticas pedagógica;
- implantar cinco projetos interdisciplinares para a melhorar o ensino;
- implementar a Proposta Pedagógica, com base nas orientações da SEME e modernizar a gestão da escola;
- implantar um sistema de ensino para organizar a rotina da escola e divulgar seus objetivos/ implantar o PDE.

Como órgão colegiado, a Escola Maurícia apresenta apenas a Associação

de Pais e Mestres (APM), que, conforme exposto na Proposta Pedagógica da escola, tem como finalidade:

- Colaborar com o aprimoramento do processo educacional;
- Prestar assistência ao aluno;
- Promover a integração entre família;
- Representar a comunidade na escola (MARACAJU, 2010, p. 23).

A organização curricular da Escola Maurícia, segundo sua Proposta Pedagógica, obedecerá as instruções dadas pelos órgãos normativos do Sistema de Ensino, visando os interesses voltados a formação integral do aluno, as necessidades e possibilidades locais e regionais.

De acordo com a mencionada Proposta Pedagógica,

O currículo pleno está disposto nessa proposta pedagógica contendo os conteúdos programáticos em acordo com as diretrizes curriculares nacionais, obtendo uma base comum obrigatória e complementada com uma parte diversificada, capaz de atender as condições culturais, sociais e econômicas, de natureza regional e planetária, visando a interação entre o ensino fundamental e a vida cidadã.

O currículo pleno das etapas de educação básica oferecidas pela unidade escolar deverá conter os conteúdos da educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, da educação e ensino para o transito e da cultura sul-mato-grossense (MARACAJU, 2010, p. 25).

Assim, o que percebemos, é que a Proposta Pedagógica da Escola Maurícia, apesar de apresentar em dado momento, em seu texto, o aluno como cliente, apresenta características de uma

gestão democrática, já que tem em vista a participação, mesmo que apenas da comunidade escolar, e a formação de cidadãos críticos, conhecedores de seus direitos e deveres. Apresenta a gestão democrática como a concepção de gestão que deve ser implementada na escola.

### **AÇÕES DA ESCOLA MAURÍCIA PARA O DESDOBRAMENTO DE SEU PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

No presente momento, buscamos analisar ações da gestão escolar voltadas para o desdobramento do Projeto Político Pedagógico da Escola Maurícia.

Ao perguntar à Coordenadora Pedagógica da Escola Maurícia sobre como ela compreende a Proposta Pedagógica da escola, ela respondeu que a Proposta Pedagógica tem como função conhecer as propostas da escola e que todos os interessados tem acesso a ele.

Contudo, os professores não utilizam a mencionada Proposta para fazer o seu planejamento, pois a escola faz uso o método do Sistema Positivo. Este método é utilizado na rede municipal de ensino do município de Maracaju, MS, e o mesmo não consta na Proposta Pedagógica da Escola Maurícia, como método a ser utilizado.

Segundo a Coordenadora Pedagógica, a Proposta Pedagógica da Escola Maurícia é elaborada seguindo o regimento escolar, os dispostos na Constituição Federal, na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Estatuto da Criança e do

Adolescente e orientações do Conselho Estadual de Educação, do Sistema Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul e do Sistema Municipal de Educação de Maracaju.

A Coordenadora Pedagógica aponta que a construção da referida Proposta é realizada pelos professores, diretores, coordenador e a Secretaria da Educação Municipal e tem a validade de um ano, sendo reformulados alguns itens, quando autorizado pelo Conselho Estadual de Educação. A coordenadora diz que alguns pais que estão preocupados com uma educação de qualidade para seu filho conhecem a Proposta Pedagógica da Escola.

Conforme as palavras da Coordenadora Pedagógica são objetivos da escola o respeito, dignidade e valorização do ser humano, compreensão do ambiente. Segundo ela, as metas são implantar um sistema de acompanhamento às práticas pedagógicas, projetos interdisciplinares, melhorar e desenvolver a proposta pedagógica e implantar o PDE na escola.

A Coordenadora Pedagógica expõe que o processo de planejamento das ações da escola se dá através de reuniões para desenvolver projetos e distribuir responsabilidades entre os professores. De acordo com ela, há desdobramento da Proposta Pedagógica da Escola, pois os professores ficam encarregados de desenvolver um projeto no qual a coordenação e direção estão sempre acompanhando.

No que diz respeito ao planejamento do professor, a Coordenadora Pedagógica diz que os professores

utilizam a apostila do Sistema Positivo. A hora-atividade dos professores deve ser utilizada especificamente para a preparação das aulas e para preparar atividades de preparo dos alunos para a realização da Prova Brasil. A coordenação pedagógica aplica aos alunos um modelo semelhante à Prova Brasil e analisa os resultados. O que não é apresentado na Proposta Pedagógica da Escola.

Segundo a Coordenadora Pedagógica, a Escola Maurícia participa das seguintes iniciativas do Ministério da Educação: Pró Letramento, Pró-Infantil, Gestar I e II, Prova Brasil e Provinha Brasil. Segundo ela a elaboração coletiva do planejamento anual da escola acontece por meio de reuniões com todos os seguimentos da escola. A formação continuada na escola é feita através das recomendações da Secretaria de Educação.

A Diretora da Escola Maurícia disse que considera a Escola Maurícia democrática porque tudo o que é aprovado pelos governantes a escola cumpre.

De acordo com ela

[...] a articulação professor, alunos e pais se da por meio de reuniões e festas comemorativas, a escola interage com os pais dos alunos no dia-a-dia, colocando as decisões atualizadas no mural. As notas dos alunos são entregues a eles no dia do fechamento do bimestre, havendo assim uma conversa entre professor e pais e os momentos de socialização dos professores de acordo com as entrevistas se da na hora do recreio e nas festas [...].

Um dos mecanismos das práticas realizadas na escola para a gestão

democrática segundo a diretora são reuniões e o mural de recados onde, através destes, a comunidade fica sabendo o que acontece na escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o Projeto Político Pedagógico, ou Proposta Pedagógica, é um documento que possibilita a autonomia escolar, que deve ser construído e vivenciado em todos os momentos na escola por todos os seus segmentos. Nele, deve conter as propostas educacionais da escola.

O Projeto Político Pedagógico se constitui em um instrumento da gestão democrática, que, conforme os autores antes mencionados, é um processo político-pedagógico com real participação da comunidade escolar e local em todas as discussões e tomadas de decisões de acordo com seus anseios.

O Projeto Político Pedagógico concorre para a efetivação da gestão democrática, pois possibilita a elaboração coletiva das propostas coletivas da escola de acordo com os interesses da comunidade escolar.

Contudo, o que podemos perceber ao analisar as respostas obtidas pela Coordenadora Pedagógica da Escola Maurícia, é que a escola possui um Projeto Político Pedagógico que não foi desdobrado na escola. O Projeto não é utilizado nas atividades escolares e os professores não o usam como apoio para a realização de seu planejamento e nem tão pouco consta neste Projeto todas as propostas das atividades desenvolvidas na escola.

Não consta no Projeto Político Pedagógico da Escola Maurícia a adesão às iniciativas do Ministério da Educação (Pró Letramento, Pró-Infantil, Gestar I e II, Prova Brasil e Provinha Brasil) e ao Sistema Positivo.

Apesar de a Escola Maúrica apresentar em seu Projeto Político Pedagógico uma concepção de gestão democrática, esta na prática não acontece, pois não há participação de todos os segmentos da escola nas tomadas de decisões, já que a escola segue exclusivamente os ditames da Secretaria Municipal de Educação.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Maurícia deveria ser um eixo para nortear as atividades pedagógicas da escola, dando um novo significado a vida e atuação da escola.

O desafio da implantação do Projeto Político Pedagógico, a partir da gestão democrática, é ter como meta o desejo de construir uma escola que assuma o diálogo, a participação e a solidariedade como princípio básico de sua proposta de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, A. V. V. *Fortalecimento de Conselhos Escolares: propostas e práticas em municípios sul-mato-grossenses*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). FAED, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados/MS, 2010.
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública: polêmicas do nosso tempo*. São Paulo: Autores Associados, 1997.
- BORDIGNON, G; GRACINDO, R. V. Gestão da educação: o município e a escola. In: Ferreira: N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (Orgs.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 147-176.
- BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1998.
- \_\_\_\_\_. Lei 9.394 de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília: Ano CXXXIV, n 248, 23 dez 1997.
- GADOTTI, M. S.; ROMÃO, J. E. *Autonomia da escola: princípios e propostas*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- MACEDO. B. Projeto educativo de escola: do porque construí-lo à gênese da construção. *Inovação*, 1991, 4, p.127-139.
- PARO, V. H. 1945 - *Administração escolar: introdução crítica*/Vitor Henrique Paro-13ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MARACAJU. *Proposta Pedagógica da Escola Maurícia*. Maracaju, 2010.
- VEIGA, I. P. A. Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas, SP: Papirus, 1995.